

## **TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>Edital 12/2024:</b>	
<b>Título e Código do Projeto</b>	<b>914BRZ1071 - Governança Corporativa: melhoria da qualidade da educação pública no Brasil a partir da revisão e da readequação de processos da gestão do FNDE.</b>
<b>Local(s) de Trabalho</b>	<i>Brasília/DF</i>
<b>Período do contrato:</b>	<i>8 meses</i>
<b>Número de vagas:</b>	4 (quatro)
<b>Enquadramento no Prodoc</b>	<b>Atividade 1.4.2.</b> Mapear e avaliar os riscos inerentes às ações do FNDE.

### **1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

A parceria entre a UNESCO/Brasil e o Ministério da Educação – MEC representa uma iniciativa conjunta que proporciona uma ágil e eficiente implementação de práticas diversificadas, direcionadas para a modernização dos processos gerenciais, organizacionais e tecnológicos do Ministério da Educação. Nesse contexto, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações, a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes se relacionam diretamente com as atividades na Diretoria de Ações Educacionais.

Para atingir esse objetivo, o projeto visa fortalecer e consolidar três programas principais: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate). Os resultados esperados incluem melhorias significativas nessas políticas educacionais, contribuindo assim para a redução da desigualdade no acesso à educação e para o aprimoramento dos índices de aprendizagem dos estudantes brasileiros.

No FNDE, a Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar (CGPTE), vinculada a Diretoria de Ações Educacionais – DIRAE, tem como atribuições principais planejar a necessidade de recursos voltados à política pública de transporte escolar, gerir programas de assistência técnica e financeira no âmbito do transporte escolar e implementar projetos e ações voltados ao monitoramento da execução dos programas federais de transporte escolar – Caminho da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

Para que os programas de transporte escolar sejam bem compreendidos e executados, o FNDE precisa investir em estratégias efetivas de assistência técnica.

Assim, a finalidade da contratação em questão é produzir material instrucional na área de gestão pública para auxiliar os gestores da CGPTE nas tomadas de decisão.

A elaboração de material sobre aspectos de gestão pública dos programas da CGPTE, seguramente, contribuirá para subsidiar e qualificar as tomadas de decisão das políticas do FNDE. Dessa forma, a aplicação dos recursos será otimizada, contribuindo para que se gerem os resultados esperados.

Este edital tem por objeto a contratação de 04 consultores para realizar estudo do impacto das ações do Programa Caminho da Escola e do PNATE, dividido por regiões, na evasão escolar.

Ressalta-se a não existência de profissionais com este perfil na Autarquia, tendo em vista ser uma área predominante de contabilidade e a carreira do FNDE ser específica para financiamento de políticas educacionais.

### **2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC**

- a) **Resultado 1.4:** Nova Matriz de Gestão de risco das ações do FNDE definida.
- b) **Atividade 1.4.2.** Mapear e avaliar os riscos inerentes às ações do FNDE.

### **3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELOS CONSULTORES**

**As atividades são comuns para todos os produtos**

**Atividade 1:** Mapear a quantidade de estudantes atendidos pelo PNATE e Caminho da Escola, por região.

**Atividade 2:** Realizar levantamento de municípios atendidos pelo PNATE e Caminho da Escola, por região.

**Atividade 3:** Analisar dos dados apresentados nas atividades 1 e 2.

**Atividade 4:** Apresentar a equipe da CGPTE as informações sobre o PNAT e Caminho da Escola, por região.

**Atividade 8:** Participar de reuniões com a equipe da CGPTE

**4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS**

**Consultor nº 1** – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – Regiões: Norte, Nordeste e Centro Oeste

<b>Parcela/Descritivo</b>	<b>Data para Entrega*</b>
<b>Documento Técnico “A”</b> – contendo estudo quantitativo de alunos atendidos/não atendidos (2016 a 2019) pelo programa na região, dividido por Estado, Município e modal.	45 dias
<b>Documento Técnico “B”</b> – contendo estudo quantitativo de alunos atendidos/não atendidos (2020 a 2023) pelo programa na região, dividido por Estado, Município e modal.	100 dias
<b>Documento Técnico “C”</b> – contendo levantamento dos recursos repassado, pelo PNATE, para cada região (2016 a 2019), dividido por Estado, Município e modal.	150 dias
<b>Documento Técnico “D”</b> - contendo levantamento dos recursos repassado, pelo PNATE, para cada região (2020 a 2023), dividido por Estado, Município e modal.	195 dias
<b>Documento Técnico “E”</b> – contendo estudo sistematizado com proposta de documento demonstrando o impacto das ações do PNATE, dividido por Estado, Município e modal, na evasão escolar.	240 dias

\* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

**Consultor nº 2** – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – Regiões: Sul e Sudeste.

<b>Parcela/Descritivo</b>	<b>Data para Entrega*</b>
<b>Documento Técnico “A”</b> – contendo estudo quantitativo de alunos atendidos/não atendidos (2016 a 2019) pelo programa na região, dividido por Estado, Município e modal.	45 dias
<b>Documento Técnico “B”</b> – contendo estudo quantitativo de alunos atendidos/não atendidos (2020 a 2023) pelo programa na região, dividido por Estado, Município e modal.	100 dias
<b>Documento Técnico “C”</b> – contendo levantamento dos recursos repassado, pelo PNATE, para cada região (2016 a 2019), dividido por Estado, Município e modal.	150 dias
<b>Documento Técnico “D”</b> - contendo levantamento dos recursos repassado, pelo PNATE, para cada região (2020 a 2023), dividido por Estado, Município e modal.	195 dias
<b>Documento Técnico “E”</b> – contendo estudo sistematizado com proposta de documento demonstrando o impacto das ações do PNATE, dividido por Estado, Município e modal, na evasão escolar.	240 dias

**Consultor nº 3** – Programa Caminho da Escola – Regiões: Norte, Nordeste e Centro Oeste

<b>Parcela/Descritivo</b>	<b>Data para Entrega*</b>
<b>Documento Técnico “A”</b> – contendo estudo quantitativo de alunos atendidos/não atendidos (2016 a 2019) pelo programa na região, dividido por Estado, Município e modal.	45 dias
<b>Documento Técnico “B”</b> – contendo estudo quantitativo de alunos atendidos/não atendidos (2020 a 2023) pelo programa na região, dividido por Estado, Município e modal.	100 dias
<b>Documento Técnico “C”</b> – contendo levantamento dos recursos repassado, pelo Programa Caminho da Escoa, para cada região (2016 a 2019), dividido por Estado, Município e modal.	150 dias
<b>Documento Técnico “D”</b> - contendo levantamento dos recursos repassado, pelo Programa Caminho da Escoa, para cada região (2020 a 2023), dividido por Estado, Município e modal.	195 dias
<b>Documento Técnico “E”</b> – contendo estudo sistematizado com proposta de documento demonstrando o impacto das ações do Programa Caminho da Escola, dividido por Estado, Município e modal, na evasão escolar.	240 dias

**Consultor nº 4 – Programa Caminho da Escola – Regiões: Sul e Sudeste**

<b>Parcela/Descritivo</b>	<b>Data para Entrega*</b>
<b>Documento Técnico “A”</b> – contendo estudo quantitativo de alunos atendidos/não atendidos (2016 a 2019) pelo programa na região, dividido por Estado, Município e modal.	45 dias
<b>Documento Técnico “B”</b> – contendo estudo quantitativo de alunos atendidos/não atendidos (2020 a 2023) pelo programa na região, dividido por Estado, Município e modal.	100 dias
<b>Documento Técnico “C”</b> – contendo levantamento dos recursos repassado, pelo Programa Caminho da Escoa, para cada região (2016 a 2019), dividido por Estado, Município e modal.	150 dias
<b>Documento Técnico “D”</b> - contendo levantamento dos recursos repassado, pelo Programa Caminho da Escoa, para cada região (2020 a 2023), dividido por Estado, Município e modal.	195 dias
<b>Documento Técnico “E”</b> – contendo estudo sistematizado com proposta de documento demonstrando o impacto das ações do Programa Caminho da Escola, dividido por Estado, Município e modal, na evasão escolar.	240 dias

## 5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

## 6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

### 6.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na grande área de CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, preferencialmente em gestão, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC
- b. **Experiência profissional:** mínima de 3 (três) anos de atuação na área de gestão.

A experiência e o conhecimento profissional deverão ser demonstrados por prova material, tais como certificados de proficiência, contratos, declaração de atividades, carteira de trabalho, curso de capacitação, declarações de aptidão e trabalhos já realizados, publicações de artigos ou teses e, por fim, participação em comitês, comissões e colegiados.

### 6.2. Desejáveis:

- a) Experiência profissional de 2 (dois) anos na área de política pública de transporte ou logística de transporte.
- b) Experiência profissional de 2 (dois) anos em planejamento estratégico.

## 7 - Processo seletivo

**7.1** A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

**7.2** O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

**7.3** A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

**7.4** A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

#### **7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC**

a) o candidato deverá enviar o currículo conforme o padrão divulgado no site do FNDE e e-mail informado no edital, indicando o perfil do cargo a que deseja concorrer;

Deve indicar o perfil apenas se houver mais de um perfil no edital. O perfil corresponde a qualificação profissional desejada, por exemplo: comunicador, analista de dados etc.

b) serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição;

c) nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência. Os candidatos que não informarem no currículo o perfil para o qual desejam concorrer poderão ter seus currículos eliminados da concorrência ou distribuídos para algum dos perfis conforme avaliação discricionária da Comissão de Seleção, não cabendo recurso em caso de discordância com a opção adotada.

d) a pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional;

- e) o total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

#### **7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE**

- a) serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- b) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- c) a pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato:  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;
- e) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

#### **7.4.3 TERCEIRA ETAPA**

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- j) A comissão convocará os candidatos aprovados através de e-mail e este deverá manifestar interesse à vaga no prazo de 2 dias úteis. A apresentação da documentação pessoal (cópia autenticada ou original do CPF, RG, comprovante de residência, nº de inscrição no INSS, dados bancários) terá um prazo de até 3 dias úteis da convocação.
- k) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deve ser formalizado por e-mail ou Termo de Desistência. Nos casos em que não houver manifestação, no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente será convocado.

**Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física**

<b>Qualificação e Experiência do Candidato</b>				
<b>1</b>	<b>Formação acadêmica</b>	<b>Obrigatório</b> - a. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na grande área de CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, preferencialmente em gestão, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC	[100%] 10 pontos: nível superior na grande área de CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, preferencialmente em gestão,	10
<b>2</b>	<b>Experiência do candidato</b>	É <b>obrigatória</b> mínima de 3 (três) anos de atuação na área de gestão.	100%] 40 pontos: 5 (cinco) ou mais anos de experiência [90%] 36 pontos: 4 (quatro) anos de experiência [80%] 32 pontos: 3 (três) anos de experiência	40
		É <b>desejável</b> experiência profissional de 2 (dois) anos na área de política pública de transporte ou logística de transporte.	[100%] 10 pontos: 3 (três) ou mais anos de experiência [60%] 6 pontos: mínimo de 2 (dois) anos de experiência	10
		É <b>desejável</b> experiência profissional de 2 (dois) em planejamento estratégico.	[100%] 10 pontos: 3 (três) ou mais anos de experiência [60%] 6 pontos: mínimo de 2 (dois) anos de experiência	10
<b>3</b>	<b>Entrevista</b>	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10

<b>TOTAL</b>	<b>100</b>
--------------	------------

## **9 – LOCAL DE TRABALHO:**

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

## **10 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS**

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados [aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados](#) a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

## **11 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os produtos deverão ser entregues à Coordenador-Geral da Política do Transporte Escolar - CGPTE por meio eletrônico, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital contendo a assinatura do consultor, na capa.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por

decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

.

Brasília/DF, 12 de abril de 2024.

**Leonardo César Andrade**

Coordenador-Geral Da Política Do Transporte Escolar